

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório de Administração do Banco Semear S.A. relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2014, em conformidade com as determinações legais e estatutárias.

e sustentabilidade. A carteira de crédito e consequente geração de resultado obtiveram nesse período crescimento de 13% em relação a igual período de 2013, sendo tal desempenho representado pela carteira core.

de varejo dos acordos operacionais em vigor. Também continuamos operando atendendo a pequenas e médias empresas, sendo que no período o saldo da carteira de crédito foi mantido em relação a igual período de 2013.

O resultado positivo apurado nesse período totalizou R\$2,4 milhões. Assim, reafirmamos o nosso compromisso em garantir estrutura de capital compatível para o crescimento do Banco, no encerramento do semestre, foi integralizado e aprovado pelo Banco Central do Brasil, aumento de capital no montante de R\$20 milhões.

Balancos patrimoniais Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	2014	2013
<b>Circulante</b> .....	<b>292.135</b>	<b>259.309</b>
Disponibilidades (nota 4) .....	456	555
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5) .....	3.930	2.506
Aplicações no mercado aberto .....	1.199	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	2.731	2.506
Títulos e valores mobiliários (nota 6) .....	36.602	52.296
Carteira própria .....	23.572	52.296
Vinculados ao Banco Central .....	13.030	-
Relações interfinanceiras .....	723	566
Operações de crédito (nota 8) .....	226.461	182.813
Setor privado .....	259.345	221.006
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3.288,4) .....	(32.884)	(38.193)
Outros créditos (nota 10) .....	23.122	19.503
Outros valores e bens (nota 11) .....	841	1.070
<b>Não circulante</b> .....	<b>110.267</b>	<b>95.524</b>
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	<b>108.448</b>	<b>95.000</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5) .....	-	15.323
Aplicações no mercado aberto .....	-	15.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	-	220
Títulos e valores mobiliários (nota 6) .....	21.541	-
Carteira própria .....	21.541	-
Operações de crédito (nota 8) .....	12.201	17.269
Setor privado .....	15.303	20.405
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3.102) .....	(3.102)	(3.136)
Outros créditos (nota 10) .....	74.346	62.032
Outros valores e bens (nota 11) .....	360	376
<b>Permanente</b> .....	<b>1.819</b>	<b>524</b>
Imobilizado de uso .....	959	255
Intangível .....	860	269
Total do ativo .....	<b>402.402</b>	<b>354.833</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2014	2013
<b>Circulante</b> .....	<b>121.279</b>	<b>61.589</b>
Depósitos (nota 12) .....	100.563	51.235
Depósitos à vista .....	3.375	7.792
Depósitos interfinanceiros .....	6.569	7.857
Depósitos a prazo .....	90.619	35.586
Captação no mercado aberto .....	13.000	-
Relações interfinanceiras .....	73	7
Outras obrigações (nota 13) .....	7.633	10.347
Receitas antecipadas .....	10	-
<b>Não circulante</b> .....	<b>194.892</b>	<b>217.960</b>
Depósitos (nota 12) .....	176.333	206.311
Depósitos a prazo .....	176.333	206.311
Outras obrigações (nota 13) .....	18.557	11.627
Receitas antecipadas .....	2	22
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b> .....	<b>86.231</b>	<b>75.284</b>
Capital social - De domiciliado no País .....	119.896	99.896
Prejuízos acumulados .....	(33.665)	(24.612)
Total do passivo e do patrimônio líquido ..	<b>402.402</b>	<b>354.833</b>

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Receitas de intermediação financeira</b> .....	<b>61.728</b>	<b>52.249</b>
Operações de crédito (nota 15) .....	58.001	51.550
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 15) .....	3.360	699
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros .....	367	-
<b>Despesas de intermediação financeira</b> .....	<b>(37.637)</b>	<b>(36.223)</b>
Operações de captação no mercado (nota 15) .....	(17.754)	(13.682)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 15) .....	(19.883)	(22.541)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....	<b>24.901</b>	<b>16.026</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b> ..	<b>20.090</b>	<b>(11.368)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 16) ..	324	257
Rendas de tarifas bancárias (nota 16) .....	3.255	1.287
Despesas de pessoal (nota 16) .....	(4.035)	(1.421)
Outras despesas administrativas (nota 16) ..	(23.901)	(16.236)
Despesas tributárias (nota 16) .....	(2.649)	(434)
Outras receitas operacionais (nota 16) .....	8.907	8.641
Outras despesas operacionais (nota 16) .....	(2.801)	(3.462)
<b>Resultado operacional</b> .....	<b>3.191</b>	<b>4.658</b>
<b>Resultado não operacional</b> .....	<b>546</b>	<b>714</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações</b> .....	<b>3.737</b>	<b>5.372</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (nota 17) .....	(1.698)	(306)
Passivo fiscal diferido (nota 17) .....	5	(75)
Ativo fiscal diferido (nota 9 e 17) .....	112	(1.777)
<b>Lucro líquido do semestre</b> .....	<b>(1.581)</b>	<b>(2.118)</b>
Reserva de lucros .....	2.156	3.254
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ ..</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b> .....	<b>2.156</b>	<b>3.254</b>
Lucro líquido dos semestres .....	2.156	3.254
Ajustes do resultado dos semestres com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização .....	313	151
Provisão para prováveis duvidosos .....	19.883	22.541
Provisão para perdas em outras operações ..	(669)	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigações .....	(957)	(1.539)
Prov. carteira adquirida de recebíveis de cartões de créditos .....	237	-
Provisão para perda na baixa de operações de crédito consignado - Convênio .....	-	13
Provisão para impostos e contribuições diferidos .....	5	35
Provisão para passivos contingentes .....	460	284
Provisão para perdas em outros valores e bens .....	18	63
Provisão para créditos tributários .....	(113)	1.777
	19.177	23.325
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	(6.917)	27.850
Títulos e valores mobiliários .....	31.039	695
Operações de crédito .....	(43.827)	(26.512)
Outros créditos .....	(8.726)	(742)
Outros valores e bens .....	(130)	1.055
Relações interfinanceiras e interdependência .....	(453)	235
	(29.014)	2.581
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Depósitos .....	517	(47.279)
Operações comprometidas .....	13.000	-
Relações interfinanceiras .....	73	5
Outras obrigações .....	894	747
Variação nas receitas antecipadas .....	(14)	(4)
	14.470	(46.531)
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais</b> .....	<b>6.789</b>	<b>(17.371)</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b> .....		
Aquisição no imobilizado de uso .....	(129)	(19)
Aquisição no intangível .....	(98)	(5)
	(227)	(24)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b> .....		
Movimentação de ativos .....	(2.265)	-
Aumento de capital .....	10.000	20.000
	7.735	20.000
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b> .....	<b>14.297</b>	<b>2.605</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres .....	319	456
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres .....	14.616	3.061
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b> .....	<b>14.297</b>	<b>2.605</b>

2.1 Contexto operacional O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo controlado pelo Grupo Seculus e está autorizado a operar nas carteiras comercial e de crédito, financeiro e investimento.

Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, exceto pela não apresentação do balanço patrimonial inicial, que não foi impactado pelo erro referente ao segundo semestre de 2013, identificado no primeiro semestre de 2014 pela administração.

2.2 Apresentação das demonstrações financeiras As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.

Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, exceto pela não apresentação do balanço patrimonial inicial, que não foi impactado pelo erro referente ao segundo semestre de 2013, identificado no primeiro semestre de 2014 pela administração.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Semear.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Saldos em 31 de dezembro de 2013, como previamente divulgado 109.896 (33.557) 76.339 Impacto do ajuste .....

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> .....	<b>79.896</b>	<b>(27.866)</b>	<b>52.030</b>
Aumento de capital .....	20.000	-	20.000
Outros eventos:			
Lucro do período .....	-	3.254	3.254
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b> .....	<b>99.896</b>	<b>(24.612)</b>	<b>75.284</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b> (reapresentado) .....	<b>109.896</b>	<b>(35.821)</b>	<b>74.075</b>
Aumento de capital .....	10.000	-	10.000
Outros eventos:			
Lucro do período .....	-	2.156	2.156
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b> .....	<b>119.896</b>	<b>(33.665)</b>	<b>86.231</b>

contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

(g) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.



Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

**Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (vide nota nº 14).

**Obrigações legais** - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (vide nota nº 14).

**(m) Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Também, foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%. Os créditos tributários são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (vide nota nº 14).

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas eventualmente computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, não geraram efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL por força do Regime Tributário de Transição (RTT).

**(n) Provisões de férias e décimo terceiro salário**  
As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

**(o) Outros passivos circulantes e não circulantes**  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**(p) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**  
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

**(q) Eventos subsequentes**  
Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

• os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes);

• os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes). Não houve eventos subsequentes que ocasionam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2014.

**(r) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro**  
O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis,

juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis do Banco, bem como sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

	30.06.2014	30.06.2013
<b>4 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Sua composição pode ser assim sintetizada:		
Disponibilidades	456	555
Reservas livres	456	555
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>14.160</b>	<b>2.506</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez * (Vide nota nº 5)	2.190	2.506
Títulos e Valores Mobiliários (Vide nota nº 6)	11.970	-
<b>Total</b>	<b>14.160</b>	<b>3.061</b>

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o Banco não possui outros investimentos de curto prazo e alta liquidez cujo vencimento seja em período igual ou inferior a 90 dias.

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		
Aplicações no Mercado Aberto	1.199	15.103
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.199	15.103
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>2.731</b>	<b>2.726</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros * (CDI)	2.731	2.726
<b>Total</b>	<b>3.930</b>	<b>17.829</b>
Circulante	3.930	2.506
Não circulante	-	15.323
<b>Total</b>	<b>3.930</b>	<b>17.829</b>

\* Os certificados de Depósitos Interfinanceiros possuem os respectivos vencimentos:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI:</b>		
até 90 dias	2.190	2.506
após 90 dias	541	220
<b>Total</b>	<b>2.731</b>	<b>2.726</b>

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2014 podem ser assim sumarizadas:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Posição ativa:</b>		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.731	2.726
<b>Posição passiva:</b>		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - (Vide nota nº 12)	1.251	2.780

**6 Títulos e valores mobiliários**  
São representados, essencialmente, por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Em função do enquadramento do Banco à Circular nº 3.068/2001, as LFTs e as NTNs são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Títulos de renda fixa</b>		
Carteira própria - Livres:	45.113	52.296
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.905	9.026
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	20.958	30.994
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	14.250	12.276
<b>Vinculados à Prestação de Garantias:</b>	<b>13.030</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.030	-
<b>Total</b>	<b>58.143</b>	<b>52.296</b>
Circulante	36.602	52.296
Não circulante	21.541	-
<b>Total</b>	<b>58.143</b>	<b>52.296</b>

Não há saldos e não ocorreram transações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2014. Em 30 de junho de 2014, as aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários eram mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais 95,60% (da carteira) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDs 4,40% (da carteira).

**8 Operações de crédito**  
As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2014		30.06.2013		
Níveis de Risco	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA					
A	0,5%	176.110	(881)	149.337	(747)
B	1%	27.746	(277)	20.935	(209)
C	3%	19.390	(582)	11.316	(339)
D	10%	7.299	(730)	11.202	(1.120)
E	30%	4.803	(1.441)	4.439	(1.332)
F	50%	9.496	(4.748)	8.352	(4.176)
G	70%	8.256	(5.779)	8.079	(5.655)
H	100%	21.548	(21.548)	27.751	(27.751)
<b>Total</b>		<b>274.648</b>	<b>(35.986)</b>	<b>241.411</b>	<b>(41.329)</b>
Circulante		259.345	(32.884)	221.006	(38.193)
Não circulante		15.303	(3.102)	20.405	(3.136)
<b>Total</b>		<b>274.648</b>	<b>(35.986)</b>	<b>241.411</b>	<b>(41.329)</b>

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do art. retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro montou em R\$ 669 mil, com provisão de R\$ 25 mil, em 30 de junho de 2014.

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixados a

débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumarizados como segue:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Saldo no início do período</b>	<b>31.098</b>	<b>48.522</b>
Efeito no resultado - Constituição/reversão de provisão	19.883	22.541
Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão	(14.995)	(29.734)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>35.986</b>	<b>41.329</b>
Créditos recuperados	1.453	1.445
<b>Total - efeito no resultado</b>	<b>18.430</b>	<b>21.096</b>

**(b) Classificação por atividade econômica**

	30.06.2014		30.06.2013	
	% da	Carteira	% da	Carteira
<b>Atividade econômica</b>				
Indústria	168	2.017	1%	1%
Comércio	7.618	4.142	2%	1%
Serviços	32.758	31.281	13%	18%
Pessoa física	234.104	203.971	84%	80%
<b>Total</b>	<b>274.648</b>	<b>241.411</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**(c) Classificação por produto**

	30.06.2014		30.06.2013	
	% da	Carteira	% da	Carteira
<b>Produtos</b>				
Capital de giro	38.316	35.273	14%	15%
Títulos descontados	427	-	0%	-
Conta garantida	1.081	215	0%	0%
Crédito pessoal	27.711	37.814	10%	16%
Crédito Direto ao Consumidor	207.113	168.109	76%	70%
<b>Total</b>	<b>274.648</b>	<b>241.411</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**(d) Classificação por prazo**

	30.06.2014		30.06.2013	
	% da	Carteira	% da	Carteira
<b>Prazos de vencimento</b>				
Vencidas	35.728	35.089	13%	17%
A vencer até 30 dias	43.904	39.555	16%	12%
A vencer de 31 a 60 dias	40.225	31.027	15%	11%
A vencer de 61 a 90 dias	30.442	23.508	11%	8%
A vencer de 91 a 180 dias	63.824	55.009	23%	19%
A vencer de 181 a 360 dias	45.222	36.817	16%	21%
A vencer após 360 dias	15.303	20.406	6%	12%
<b>Total</b>	<b>274.648</b>	<b>241.411</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

O Banco mantém estoque de provisão para perdas em operações de crédito no montante de R\$ 35.986 mil (41.319 mil em 2013). As operações que encontram-se vencidas montam em R\$ 35.728 mil (35.089 mil em 2013) e a provisão constituída é superior a este montante por representar contratos vencidos de clientes com mais de uma operação, os quais tiveram sua classificação de risco arrastada para aquela que apresenta maior risco, conforme determina art. 3º da Resolução nº 2.682/1999.

**(e) Cessões de crédito**  
O Banco, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010 do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativo e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2012 — quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008 do Conselho Monetário Nacional tornou-se obrigatória — optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, adotadas uniformemente até 31 de dezembro de 2012.

**(e.1) Com instituições financeiras**  
Em 30 de junho de 2014 o saldo dos contratos cedidos com coobrigação apresenta o montante de R\$ 4.845 mil (R\$ 15.119 mil em 2013), e encontra-se constituído o saldo de R\$ 1.146 mil (R\$ 3.416 mil em 2013) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade com os critérios internos e as definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 - "Outras obrigações" sob a rubrica "Provisão para passivos contingentes".

**(e.2) Com instituições não financeiras**  
Neste período, não foram realizadas cessões de créditos, sem coobrigação, com empresa não ligada e não integrante do SFN, de acordo com os respectivos registros contábeis.

**Aquisições de crédito**  
**(e.3) Com instituições financeiras:**  
Neste semestre, foi realizada aquisição de créditos, sem coobrigação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e não ligadas, no montante de R\$ 13.679 mil. Os contratos objeto das aquisições realizadas referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito, encontram-se registrados na rubrica de Títulos e créditos a receber. Nota Explicativa nº 10, e pode ser sumarizada da seguinte forma:

	30.06.2014		
Aquisição de créditos:	Valor da cessão	Valor futuro	Rendas a apropriar
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS			
Sem Coobrigação - Recebíveis de Cartão de crédito	13.679	14.388	(709)
<b>Total</b>	<b>13.679</b>	<b>14.388</b>	<b>(709)</b>

**(f) Outras informações de operações de crédito**  
No curso do semestre, foi baixado para prejuízo o valor de R\$ 14.995 mil (R\$ 29.734 mil em 2013) e recuperados R\$ 1.453 mil (R\$ 1.445 mil em 2013).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fidejussórias.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$ 5.824 mil (valor presente R\$ 4.396 mil), está garantindo, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos na modalidade de Depósitos a Prazo.

**9 Créditos tributários**  
A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

	30.06.2014		30.06.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Base Negativa e Prejuízo Fiscal</b>	34.012	34.761	569	1.093
Alíquota	25%	15%	25%	15%
<b>Crédito tributário diferido atual (a)</b>	<b>8.503</b>	<b>5.214</b>	<b>142</b>	<b>164</b>
Constituição acumulada	11.489	7.062	11.489	7.062
Realização acumulada	(3.471)	(2.138)	(3.471)	(2.138)
Movimentação do crédito tributário diferido atual:	8.018	4.924	8.018	4.924
<b>Movimentação acumulada do crédito tributário atual</b>	<b>11.515</b>	<b>7.077</b>	<b>3.471</b>	<b>2.136</b>
Reversão	(3.956)	(2.429)	(3.329)	(1.972)
Ajuste de exercícios anteriores	944	566	-	-
<b>Total</b>	<b>8.503</b>	<b>5.214</b>	<b>142</b>	<b>164</b>

**Movimentação no semestre do crédito tributário**  
Constituição

	26	16	607	361
Reversão	(485)	(291)	(668)	(431)
<b>Ajuste no semestre (b)</b>	<b>(459)</b>	<b>(275)</b>	<b>(61)</b>	<b>(70)</b>

**Diferenças temporárias:**  
Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	140.005	140.005	146.245	146.245
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	2.785	2.785	2.785	2.785
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	1.146	1.146	3.416	3.416
Provisão para créditos carteira de recebíveis	239	239	-	-
Provisão vr. parcelamento diferença COFINS jan a ago e out/2013	2.413	2.413	-	-
Provisão para desvaloriz. de outros valores e bens	1.003	1.003	1.032	1.032
Provisão para contingências em ações cíveis	4.045	4.045	2.043	2.043
Provisão para contingências em ações trabalhistas	1.944	1.944	1.681	1.681
Provisão para PIS em processo judicial	5.140	-	4.459	-
Base de cálculo	158.720	153.580	161.661	157.202
Alíquota	25%	15%	25%	15%

**Crédito tributário diferido atual (c)**

	39.680	23.037	40.415	23.580
<b>Movimentação acumulada do crédito tributário diferido atual</b>	<b>93.232</b>	<b>50.865</b>	<b>90.733</b>	<b>49.430</b>
Realização	(53.552)	(27.828)	(50.318)	(25.850)
<b>Total</b>	<b>39.680</b>	<b>23.037</b>	<b>40.415</b>	<b>23.580</b>

**Movimentação no semestre do crédito tributário**  
Constituição

	1.221	700	179
--	-------	-----	-----





**Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)**

**15 Receitas e despesas da intermediação financeira**

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		
Operações de crédito .....	58.001	51.550
Rendas de empréstimos .....	10.403	8.841
Capital de giro .....	4.448	3.025
Títulos descontados .....	130	-
Conta garantida .....	192	19
Crédito pessoal .....	5.633	5.797
Rendas de financiamentos .....	46.158	41.266
Crédito Direto ao Consumidor (CDC) .....	46.158	41.265
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (CDCI) ..	-	1
Recuperação de créditos .....	1.453	1.445
Despesas de cessão de créditos .....	(13)	(2)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários .....	3.360	699
De aplicações interfinanceiras de liquidez .....	244	2.300
De títulos e valores mobiliários .....	3.116	(1.601)
Rendas de títulos de renda fixa .....	3.416	1.659
Prejuízo com títulos de renda fixa .....	(280)	(3.444)
Ajuste com títulos de renda fixa .....	(20)	184
Operações com característica de concessão de créditos .....	367	-
<b>Total .....</b>	<b>61.728</b>	<b>52.249</b>
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		
Operações de captação no mercado .....	(17.754)	(13.682)
Despesas de depósitos interfinanceiros .....	(390)	(315)
Despesas de depósitos a prazo .....	(16.284)	(12.611)
Despesas de operações compromissadas .....	(380)	(1)
Outras despesas de captação (FGC) .....	(700)	(755)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(19.883)	(22.541)
<b>Total .....</b>	<b>(37.637)</b>	<b>(36.223)</b>

**16 Receitas e despesas operacionais**

A composição das receitas e despesas operacionais no semestre pode ser demonstrada na seguinte forma:

	30.06.2014	30.06.2013
Receitas de prestação de serviços .....	324	257
Rendas de comissão de cobrança .....	33	-
Rendas de comissão pela movimentação de recebíveis .....	4	-
Rendas de comissão de agenciamento de seguros .....	172	228
Rendas de garantias prestadas .....	77	-
Outras rendas de serviços prestados .....	38	29
Rendas de tarifas bancárias .....	3.255	1.287
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF .....	3.082	1.249
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF .....	6	2
Receitas de confecção de cadastro - PJ .....	121	32
Receitas de transferência de recursos - PJ .....	26	4
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ .....	20	-
Despesas de pessoal .....	(4.035)	(1.421)
Benefícios .....	(460)	(247)
Encargos sociais .....	(717)	(294)
Proventos .....	(2.817)	(857)
Despesas de honorários de Diretoria .....	(41)	(23)
Outras despesas administrativas .....	(23.901)	(16.236)
Comissões sobre operações de crédito .....	(13.473)	(6.721)
Despesas de indenizações judiciais .....	(2.318)	(954)
Despesas de marketing e publicações .....	(462)	(187)
Despesas de processamento de dados .....	(1.270)	(1.042)
Despesas de seguros .....	(1)	-
Despesas de serviços do SFN .....	(438)	(1.373)
Despesas de serviços técnicos especializados .....	(1.944)	(1.340)
Despesas de outros serviços de terceiros .....	(2.206)	(2.905)
Demais despesas administrativas .....	(1.789)	(1.714)
Despesas tributárias:	(2.649)	(434)
Tributos federais .....	(2.466)	(352)
PIS .....	(345)	(288)
COFINS (a) .....	(2.120)	(61)
IOf bancado .....	(1)	(3)
Tributos estaduais .....	(1)	(1)
Tributos municipais .....	(182)	(81)
ISS .....	(179)	(78)
Outros tributos municipais .....	(3)	(3)
Outras receitas operacionais .....	8.907	8.641
Recuperação de encargos e despesas .....	155	112
Reversão de provisões operacionais .....	2.111	2.277
Prov. para ops. de cred. cedidos / coobrigação .....	957	1.539
Outras provisões .....	670	-
Provisões para passivos contingentes .....	484	738
Outras rendas operacionais .....	6.641	6.252
Comissão de permanência no recebimento de créditos .....	4.494	3.111
Multas no recebimento de créditos em atraso .....	1.691	917
Receita de repasse .....	1	3
Variáveis monetárias ativas .....	289	1.897
Rendas de acordos operacionais .....	159	311
Outras rendas operacionais .....	7	13
Outras despesas operacionais .....	(2.801)	(3.462)
Descontos concedidos no recebimento de créditos .....	(571)	(862)
Provisão para contingências - Ações cíveis .....	(834)	-
Provisão para contingências - Trabalhistas .....	(111)	(1.022)
Prov. para baixa ops. de créditos - C/C convênios .....	-	(14)
Prov. carteira adquirida de recebíveis de cartões .....	(237)	-
Perdas na formalização de seguros .....	-	(5)
Perdas com fraudes - CDC/Cred. Consignado .....	(36)	(10)
Despesas com repasses .....	(317)	-
Variável monetária passiva .....	(396)	(1.415)
Outras despesas operacionais .....	(299)	(134)
<b>Total .....</b>	<b>(20.900)</b>	<b>(11.368)</b>

**17 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30.06.2014		30.06.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias .....	3.737	3.737	5.372	5.372
Adições (exclusões) permanentes .....	147	147	(45)	(45)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a) .....	2.245	2.245	(4.007)	(4.295)
Diferenças temporárias passivas diferidas (b) .....	(11)	(11)	(88)	(88)
<b>Resultado líquido ajustado .....</b>	<b>6.118</b>	<b>6.118</b>	<b>1.232</b>	<b>944</b>
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d) .....	(1.835)	(1.835)	(244)	(468)
<b>Base de cálculo tributável (c) .....</b>	<b>4.283</b>	<b>4.283</b>	<b>988</b>	<b>476</b>
Alíquota-base .....	(642)	(642)	(148)	(71)
Alíquota adicional .....	(416)	-	(87)	-
Incentivos fiscais .....	2	-	-	-
<b>Valores correntes .....</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(642)</b>	<b>(235)</b>	<b>(71)</b>
Base de cálculo tributável (b) .....	(11)	(11)	(88)	(88)
<b>Passivo fiscal diferido .....</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>(22)</b>	<b>(13)</b>
Base de cálculo tributável (a) .....	2.245	2.245	(4.007)	(4.295)
(+/-) Ajuste à base de cálculo .....	-	(345)	-	-
Diferenças temporárias .....	561	285	(1.002)	(644)
Base de cálculo tributável (d) .....	(1.835)	(1.835)	(244)	(468)
Prejuízo fiscal/base negativa .....	(459)	(275)	(61)	(70)
<b>Ativo fiscal diferido .....</b>	<b>102</b>	<b>10</b>	<b>(1.063)</b>	<b>(714)</b>
<b>Total .....</b>	<b>(951)</b>	<b>(630)</b>	<b>(1.320)</b>	<b>(798)</b>

**18 Transações com partes relacionadas**

(a) Sumário das transações:

	30.06.2014			30.06.2013		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas)	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas)
Entidades com influência significativa sobre a entidade .....	98	19	(217)	-	-	-
Pessoal chave da administração .....	45	3.421	(415)	77	5.064	(323)
Outras partes relacionadas .....	1.510	21.905	(12.809)	766	17.771	(3.792)
	1.653	25.345	(13.441)	843	22.835	(4.115)
Total Empresas e pessoas físicas não ligadas .....	1.178	243.607	-	6.703	219.062	-
<b>Total .....</b>	<b>2.831</b>	<b>268.952</b>	<b>(13.441)</b>	<b>7.469</b>	<b>241.897</b>	<b>(4.115)</b>
Circulante .....	3.375	90.619	-	7.792	35.586	-
Não circulante .....	-	176.333	-	-	206.311	-
<b>Total .....</b>	<b>3.375</b>	<b>266.952</b>	<b>-</b>	<b>7.792</b>	<b>241.897</b>	<b>-</b>

As despesas realizadas com partes relacionadas nos períodos referem-se a:

- (i) R\$ 11.481 mil (R\$ 3.126 mil em 2013) proveniente de serviços de intermediação de operações de crédito no semestre;
  - (ii) R\$ 254 mil (R\$ 241 mil em 2013) proveniente de despesas com aluguéis e condomínio do semestre;
  - (iii) Despesa total de R\$ 366 mil (R\$ 157 mil em 2013) proveniente de serviços de cobrança prestados do semestre; e
  - (iv) R\$ 1.340 mil (R\$ 591 mil em 2013) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no semestre.
- As transações foram realizadas em condições pactuadas entre as partes e são compatíveis com aquelas praticadas no mercado, os depósitos a prazo tem taxa máxima de 122,5% do CDI e prazo máximo de vencimento em 25/05/2022.

(b) - Remuneração da Administração:

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (t), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

	30.06.2014	30.06.2013
Remuneração fixa .....	41	23
Contribuição - INSS .....	9	5

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

**19 Gerenciamento de risco**

(i) - Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém um sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, para garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos do Banco. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede do Banco à disposição dos interessados. O relatório do ano de 2014 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no site de Internet do Banco, no seguinte link: <https://www.bancosemiar.com.br/OBANCO/SitePages/GestaoRiscos.aspx>

(ii) - Por sua vez, o Banco constituiu estrutura para o gerenciamento de risco de mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Neste sentido, o Banco também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado para garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2014 encontra-se à disposição dos interessados e publicados no site de Internet do Banco, no seguinte link: <https://www.bancosemiar.com.br/OBANCO/SitePages/GestaoRiscos.aspx>

(iii) - Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, o Banco adotou as seguintes ações:

- (a) - Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito.
- (b) - Definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito.
- (c) - Definiu a política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito.
- (d) - Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

**20 Outras informações**

**Ouidoria**

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

**Conselho de Administração**

- Presidente - **Artur Geraldo de Azevedo**
- Vice-presidente - **Henrique Fernando Lucas**
- Conselheiro - **Aginaldo Lima Azevedo Sobrinho**
- Conselheiro - **Maria José Siqueira de Azevedo**
- Conselheiro - **Jairo Siqueira de Azevedo**
- Conselheiro - **Ricardo Ozanan Siqueira de Azevedo**

**Diretoria**

- Presidente - **Artur Geraldo de Azevedo**
- Vice-presidente - **Henrique Fernando Lucas**

**Responsável técnico**

Contadora - CRC-MG: 48852/O-2 - **Maria Aparecida F. de Souza Costa**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e aos Acionistas do

**Banco Semear S.A.**  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos, calculados em razão de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, cujos saldos em 30 de junho de 2014, registrados nos ativos circulante e não circulante, totalizam R\$ 76.434 mil (R\$ 64.301 em 2013). O registro, a manutenção e a realização do referido crédito tributário estão condicionados à existência de resultados tributáveis futuros e à aderência de condições definidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06. Nesse contexto, a realização dos respectivos créditos tributários está condicionada ao sucesso das ações que estão sendo adotadas pela Administração, bem como da concretização das premissas estabelecidas no planejamento estratégico. Com base na avaliação da Administração, amparada pelos assessores externos contratados, não foi consignada nas demonstrações financeiras nenhuma provisão em face de à administração entender que haverá êxito nas ações que vem sendo adotadas. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2014

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

**Antônio de Pádua Soares Pelicarp**  
Contador CRC MG-027739/O-3